



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - SOF
 Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830
 Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Ata Nº 507/2023 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SOF

ATA DE REUNIÃO

Reunião para apresentação dos dados econômicos - orçamentários, a fim de elaboração da Proposta Orçamentária do PJPI - PLOA 2024 do Poder Judiciário							
DATA:	03/08/2023	INÍCIO:	10h22	FIM:	12:05h	LOCAL:	Sala de Sessões Nº 1 - Térreo do Palácio da Justiça
ABERTURA							
<p>Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às 10:22h, a comissão do PLOA - 2024, instituída mediante Portaria 3784 (4519665), reuniu-se em Sessões Nº 1, localizada no Palácio da Justiça, sob o comando do Exmo. Des. Manoel de Sousa Dourado, Presidente da Comissão, o qual declarou iniciada a reunião, discutindo sobre as alterações na metodologia dos trabalhos da Comissão, dentre elas a necessidade de credenciamento dos participantes e registro de frequência, meio de link enviado pela SOF. Esclareceu que, nesta reunião inicial, será apresentado o cenário econômico atual para contextualização e, na segunda reunião, a deliberação das propostas apresentadas a fim de cumprir o prazo da portaria que é dia 04/09/2023, ao tempo que mencionou a mudança na dinâmica de apresentação das propostas, a qual deverá ser preenchida mediante formulário encaminhado pela SOF, colocou em votação e foi aprovado pela comissão.</p>							
ASSUNTOS DISCUTIDOS							
ASSUNTO 1:	Cronograma dos Trabalhos da Comissão						
PONTOS LEVANTADOS E DECISÕES TOMADA:	<ul style="list-style-type: none"> • 3/8/2023 a 14/8/2023 - apresentação das propostas para a LOA 2024; • 28/8/2023 - reunião para deliberação das propostas; • 4/9/2023 - envio do relatório dos trabalhos à Presidência. <p>Aprovado por unanimidade</p>						
ASSUNTO 2:	O Vice-Diretor da EJUD, Des. José James Gomes Pereira , com a palavra, falou acerca do planejamento da EJUD para o PLOA 2024 solicitou uma olhar especial para o orçamento de 2024 da EJUD.						
PONTOS LEVANTADOS	<ul style="list-style-type: none"> • Foco na transparência; • Relevância da EJUD na evolução do Sistema Judiciário a fim de contribuir para uma Justiça mais célere, acessível e de qualidade. • Mencionou que a EJUD tem propostas sólidas e pertinentes a serem enviadas, a fim de continuar com o bom trabalho desta gestão. 						
ASSUNTO 3:	O Secretário de Orçamento e Finanças falou do objetivo do planejamento, o qual deve ser pautado no lema "levar a justiça adonde o povo encontra", consoante ao atual Plano de Gestão do Tribunal de Justiça, informando aos membros da comissão que o planejamento orçamentário é essencial para que o tribunal tenha um ano de 2024 equilibrado financeiramente.						
PONTOS LEVANTADOS	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração no padrão de fontes; • Proposta relacionada à fonte de recursos próprios serão encaminhadas e deliberadas pelo Conselho de Administração do FERMOJ; • LOA constitui uma peça de planejamento que deve ser compatível com o PPA 2024-2027 e Lei de Diretrizes Orçamentárias; • Parecer Técnico SJP sobre LDO 2024; • Orçamento 2023 - dotação atualizada - R\$ 763.262.942,41 (setecentos e sessenta e três milhões, duzentos e sessenta e dois novecentos e quarenta e dois reais e quarenta e um centavos); • Perspectiva de orçamento 2024 - R\$ 808.677.087,48 (oitocentos e oito milhões, seiscentos e setenta e sete mil oitenta e sete reais e quatrocentos e oito centavos); • Inflação projetada 2023 - 5,95% • Despesas de caráter continuado que impactarão o exercício de 2024 - R\$ 41.143.720,88 (quarenta e um milhões, cento e quarenta e três mil setecentos e vinte reais e oitenta e oito centavos), por força do art. 17 da Lei Nº 101/2000 - LRF. • Apresentação dos dados macroeconômicos, execução orçamentária e financeira individualizada de cada Unidade Gestora (UG) do Poder Judiciário, em um período de 13 (treze) anos, no Portal da Transparência e os painéis de business intelligence desenvolvidos pelo STIC e SOF, contendo os dados comparativos de todos os tribunais estaduais do país. 						
ASSUNTO 4:	Manifestações dos membros da Comissão						
PONTOS LEVANTADOS	<p>Presidente do SINDOJUS - Carlos Henrique Bezerra Sales - questionou sobre a projeção da inflação, justificando que tem projeções superiores. Falou, ainda, que o Tribunal possui muita mão de obra terceirizada, comissionados, manifestou-se contrário à modalidade de teletrabalho atual, mencionou acerca do alto investimento em tecnologia e destacou que só, no mês de julho, ocorreram 3 mortes de Oficiais de Justiça, gerando déficit no Piauí, sendo o maior do Brasil, carecendo, portanto, de nomeações para a categoria.</p> <p>Secretário da SEAD - Paulo Sílvio Mourão Veras - fez algumas constatações e indagações acerca da consideração da lotação para os impactos realizados, mediante ingressos e aposentadorias, o crescimento vegetativo para os anos vindouros, solicitou esclarecer acerca dos limites de pessoal do RGF, o custo das obras que estão sendo realizadas, tendo em vista a evolução da tecnologia e indagação acerca do custeio dos auxílios se são pela fonte de duodécimo ou de recursos próprios, as quais foram respondidas pelo Secretário de Orçamento e Finanças da seguinte forma: para os impactos foi considerada a folha de pagamento em junho de 2023, conforme disposto na LDO 2023, recentemente houve decisão do STF alterando a forma de cálculo para os limites fiscais do RGF, que as obras e despesas com tecnologia custeadas por fonte de recursos próprios e os auxílios são pela fonte de duodécimo.</p>						

Presidente da ANAJUS - Ariovaldo Martins do Lago - abordou acerca da necessidade de servidores nas comarcas do Piauí e enfatizou todas as classes são importantes e devem ser reconhecidas, tendo em vista a colaboração mútua de cada uma.

Secretário da SOF - Roosevelt dos Santos Figueiredo - mencionou em aclaratório aos dados financeiros do Programa de Aposentação Incentivada, que não houve a compensação financeira para viabilizar nova nomeação de servidores, tendo em vista que as aposentadorias estavam previstas para findar em maio de 2022 e apenas findou-se neste exercício, em maio de 2023, e com 05 (cinco) desistindo totalizando 75 (setenta e cinco) aposentadorias efetivadas. Diante deste cenário, a eventual economia projetada, frustrou-se a contrapartida, houve a existência de outras despesas de caráter continuado. Finalizou dizendo que o momento é de pensar na realidade atual, para a construção de um orçamento de 2024 equilibrado.

ENCERRAMENTO

O Presidente da comissão ressaltou a necessidade de que as propostas enviadas sejam enviadas pelo formulário a ser disponibilizado pela SOF, agradeceu a presença de todos e deu como encerrada a reunião às 12:05h.

PARTICIPANTES

NOME COMPLETO	FUNÇÃO
Desembargador Manoel de Sousa Dourado	Presidente da Comissão de Elaboração do Orçamento do Poder Judiciário
Desembargador José James Gomes Pereira	Vice-Diretor da EJUD, representando o Des. José Ribamar Oliveira, Diretor-Geral da I
Leonardo Brasileiro	Juiz Auxiliar da Presidência
José Vidal de Freitas Filho	Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça
Maurício Machado Queiroz Ribeiro	Presidente da AMAPI
Sâmya Larissa Machado Rodrigues	Secretária da Presidência
Roosevelt dos Santos Figueiredo	Secretário de Orçamento e Finanças
Lara Larissa de Araújo Lima Bonfim	Secretária de Gestão Estratégica
Paulo Sílvio Mourão Veras	Secretário de Administração e Gestão de Pessoas
Chandra Marreiros Moreira Vasques	Superintendente do FERMOJUPI
Daniele Larissa de Macêdo Sousa	Coordenadora de Execução Orçamentária
Leone Francisco Ribeiro Pires	Analista Judiciário/Contador
Carlos Eugênio de Sousa	Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Piauí
Carlos Henrique Bezerra Sales	Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça e Avaliadores do Piauí
Ariovaldo Martins do Lago	Presidente da Associação dos Analistas Judiciários do Piauí
Maria Clara de Melo Cunha Félix de Andrade	Auxiliar Administrativo - EJUD
Brendon Matheus Oliveira Gomes	representando a Corregedoria do Foro Extrajudicial



Documento assinado eletronicamente por **Manoel de Sousa Dourado, Vice-Presidente**, em 08/08/2023, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Roosevelt dos Santos Figueiredo, Secretário de Orçamento e Finanças**, em 08/08/2023, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Machado Queiroz Ribeiro, Servidor TJPI**, em 08/08/2023, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniele Larissa de Macedo Sousa, Servidora TJPI**, em 08/08/2023, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lara Larissa de Araújo Lima Bonfim, Secretária de Gestão Estratégica**, em 09/08/2023, às 08:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Chandra Marreiros Moreira Vasques, Superintendente do FERMOJUPI**, em 09/08/2023, às 09:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eugênio de Sousa, Servidor TJPI**, em 10/08/2023, às 05:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Vidal de Freitas Filho, Presidente da Comissão**, em 10/08/2023, às 11:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Clara de Melo Cunha Félix de Andrade, Servidora TJPI**, em 10/08/2023, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Bezerra Sales, Analista Judiciária / Analista Judicial**, em 14/08/2023, às 08:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Silvio Mourão Veras, Secretário de Administração**, em 17/08/2023, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Brasileiro, Juiz de Direito**, em 21/08/2023, às 13:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leonne Francisco Ribeiro Pires, Servidor TJPI**, em 23/08/2023, às 13:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **4578919** e o código CRC **887FDE59**.